



# Câmara Municipal

da Estância Turística de Ibitinga  
- Capital Nacional

Camara Municipal de Ibitinga  
Protocolo Geral nº 1063/2018  
Data: 09/04/2018 Horário: 08:52  
Legislativo - REQ 230/2018

## REQUERIMENTO

**ASSUNTO: Requer envio de documento ao Grupo de Rosa Comunicação, ao Jornal Cidade e a Folha de Ibitinga.**

Autoria: Vereador Marco Antônio da Fonseca

Destinatários: Grupo de Rosa de Comunicação, Jornal da Cidade e Folha de Ibitinga.

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**

Ouvido e aprovado pelo Egrégio Plenário, cumpridas as formalidades regimentais, seja este requerimento de informação oficiado ao destinatário supracitado, sobre os seguintes questionamentos:

**1) Requer envio de documento protocolado nesta Casa Legislativa em 27/03/18, sob o número MTR N° 146/2018, em resposta do ao Requerimento n° 120/2018, de minha autoria.**

**JUSTIFICATIVA:** Solicito o envio do referido documento aos meios de comunicação: Grupo de Rosa, Jornal da Cidade e Folha de Ibitinga, para que estes tenham conhecimento sobre os Pareceres elaborados aos projetos que tramitaram nesta Casa sobre a fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, Secretários Municipais e Gestores Executivos.

Sala das Sessões “Dejanir Storniolo”, 06 de abril de 2018.

  
MARCO ANTÔNIO DA FONSECA  
Vereador – PTB

**A Sua Excelência o Senhor  
ANTONIO ESMAEL ALVES DE MIRA  
Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga – SP**





# Câmara Municipal

## da Estância Turística

- Capital Nacional -

Camara Municipal de Ibitinga  
  
Protocolo Geral nº 530/2018  
Data: 05/03/2018 Horário: 16:14  
Legislativo - REQ 120/2018

REQUERIMENTO ao Presidente desta Edilidade para DETERMINAR ao Corpo Jurídico desta Casa de Leis, a formulação de uma consulta junto ao STF (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL), sobre os projetos que tramitaram neste Poder Legislativo que se pretendia fixar um teto para a remuneração dos agentes políticos (Prefeito, Vice Prefeito, Vereadores, Secretários Municipais e Gestores de Autarquias), PEL n.º 02/2017, PSU n.º 08/2017 e EMENDA n.º 105/2017, a fim de sabermos daquela Suprema Corte da constitucionalidade ou não dos textos constantes, haja vista a importância do tema, enviando além da consulta a ser formulada, cópia de todos esses processos legislativos.

*Senhor Presidente e demais vereadores,*

O Vereador que a este subscreve REQUER à Mesa, após aprovado pelo Egrégio Plenário, nos termos regimentais, que seja oficiado ao *Senhor Presidente Mira*, nos moldes estabelecidos neste requerimento.

JUSTIFICATIVA: Considerando a necessidade de se analisar a constitucionalidade ou não dos textos apresentados, para que seja posteriormente apresentado com segurança jurídica e sem imposição. Considerando que há quem distorce e imagina/acredita que essa Legislatura não quis diminuir seus subsídios, enquanto na verdade se pretende criar um teto para 2021 e não fixação de subsídio para 2018, o que paira dúvidas diante dos pareceres acostados nos processos legislativos, mesmo este signatário - como relator - tendo dado, *por analogia*, sua constitucionalidade, bem como que é possível aprovar projeto desta natureza, se constitucional, até 2020 com segurança jurídica.

REQUEIRO ao Presidente deste Poder Legislativo, ouvido o Plenário, seja formulada consulta pública ao STF (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL), nos moldes do preâmbulo, para que assim este Poder Legislativo e à população tenha conhecimento da constitucionalidade ou não de uma futura criação de teto para fixação de subsídio.

Respeitosamente. Sala de Sessões "Dejanir Storniolo", em 01 de Março de 2.018.



Marco Fonseca

Vereador - PTB - 1.º Secretário

